



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11020.001146/99-37  
Recurso nº : 125.837  
Acórdão nº : 201-78.370

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 31 / 03 / 06

VISTO

*[Assinatura]*

2º CC-MF  
FI.

Recorrente : GERMANI ALIMENTOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**NORMAS PROCESSUAIS. INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DE LEIS.**

O exame da constitucionalidade e ilegalidade de leis foge à competência deste Colegiado.

**IPI. RESSARCIMENTO. LEI Nº 9.779/99.**

O art. 11 da Lei nº 9.779/99 não ampara o resarcimento de créditos decorrentes de insumos empregados em produtos não tributados pelo IPI.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GERMANI ALIMENTOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
**Presidente**

*Antonio Mario de Abreu Pinto*  
Antonio Mario de Abreu Pinto  
**Relator**

MIN DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EREA ALIA 15 / 08 / 06  
VISTO

*[Assinatura]*

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Ana Maria Barbosa Ribeiro (Suplente), Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11020.001146/99-37  
Recurso nº : 125.837  
Acórdão nº : 201-78.370

MIN DA FAZENDA - 2º CC
COPIE COM O ORIGINAL
15 / 08 / 05
t
VISTO

2º CC-MF  
FI.

**Recorrente : GERMANI ALIMENTOS LTDA.**

## RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de ressarcimento de IPI, no importe de R\$ 542,08, decorrente de apuração de saldo credor no último período de apuração do primeiro trimestre de 1999.

Às fls. 52/54, Decisão da Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul - RS, indeferindo o pedido da contribuinte, sob o fundamento de que a utilização do saldo credor de IPI, autorizada pelo art. 11 da Lei nº 9.779/99, disciplinada pela IN SRF nº 33/99, não albergaria os créditos originários da aquisição de insumos destinados à fabricação de produtos não tributados - NT.

Insatisfeita, a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade, às fls. 60/64, argüindo que, diferentemente do apregoado na decisão recorrida, ela não industrializa somente produtos não tributáveis, mas também massas e biscoitos. Em adição, alegou que a não-cumulatividade do IPI, prevista no inciso II do § 3º do art. 153 da Carta Magna, é ampla, não admitindo restrições, em razão do que teria direito aos créditos do IPI relativos aos insumos tributados, empregados em produtos finais isentos, alíquota zero e, também, não tributados.

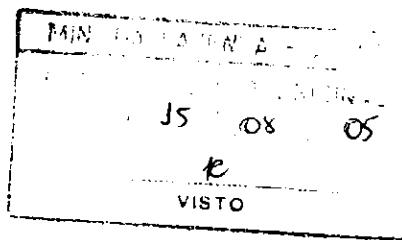
A DRJ em Porto Alegre - RS, às fls. 79/83, decidiu pela manutenção do indeferimento do pedido da contribuinte, com espeque nos mesmos fundamentos do *decisum impugnado*, escorados no art. 11 da Lei nº 9.779/99, na IN SRF nº 33/99, no art. 8º do RIPI/98 e no Parecer Normativo CST nº 26/80.

Inconformada, a contribuinte interpôs o presente recurso voluntário, às fls. 86/92, reiterando os termos aduzidos na instância *a quo*, pleiteando o deferimento do ressarcimento pretendido.

É o relatório



Processo nº : 11020.001146/99-37  
Recurso nº : 125.837  
Acórdão nº : 201-78.370



VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Propugna a recorrente por ressarcimento de crédito de IPI, advindo de insumos empregados em produtos não-tributados pelo imposto.

Ombreio-me *in totum* ao entendimento exarado pelo doto julgador de primeira instância, cuja decisão apresenta-se irreprochável.

Reza o art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999, *verbis*:

*"O saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, acumulado em cada trimestre-calendário, decorrente de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, aplicados na industrialização, inclusive de produto isento ou tributado à alíquota zero, que o contribuinte não puder compensar com o IPI devido na saída de outros produtos, poderá ser utilizado de conformidade com o disposto nos artigos 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 1996, observadas normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF, do Ministério da Fazenda."*

Observa-se, portanto, que a dicção legal em epígrafe por nenhum momento contemplou a possibilidade de utilização de saldo credor do IPI decorrente da obtenção de insumos empregados em *produtos não-tributados*, de maneira que não há qualquer fundamento legal a respaldar o pleito da recorrente.

Outrossim, os produtos insertos na Tabela de Incidência de IPI, identificados com a sigla NT (não-tributáveis), encontram-se fora do campo de incidência do imposto em comento, de sorte que não são considerados produtos industrializados, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.493/97.

Ademais, verifico que a assertiva da recorrente de que a maioria dos produtos que industrializa é tributado pelo IPI não se coaduna com o que consta dos autos, haja vista que, no curso da auditoria, ao ser intimada para informar quais seriam os produtos de sua fabricação (Termo de Intimação à fl. 42), a contribuinte apresentou relação (fl. 45), da qual consta unicamente produtos não tributados (farinha).

Com relação à constitucionalidade ou ilegalidade do art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999, não cabe a este Colegiado o exame de tal matéria, por fugir à sua competência.

Pelo exposto, **nego provimento** ao recurso, indeferindo o pedido de ressarcimento formulado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2005.

ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO